



# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

## SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 15, DE 18 DE MARÇO DE 2025.

Página 1 de 4

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.918, de 09 de março de 2012, que “Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do Município de Serafina Corrêa”.

Art. 1º Os dispositivos da Lei Municipal nº 2.918, de 09 de março de 2012, abaixo transcritos, passam a vigorar com a substituição do termo "Secretaria Municipal de Educação, através da Divisão de Cultura" pelo termo "Secretaria Municipal de Cultura e Turismo":

- I – art. 5º, inciso I, alínea “a”;
- II – art. 6º *caput*;
- III – art. 15, *caput*.

Art. 2º Os dispositivos da Lei Municipal nº 2.918, de 09 de março de 2012, abaixo transcritos, passam a vigorar com a substituição do termo "Secretaria Municipal de Educação - Divisão de Cultura" pelo termo "Secretaria Municipal de Cultura e Turismo":

- I – art. 9º, inciso XI;
- II – art. 22, *caput*;
- III – art. 25, *caput*;
- IV – art. 28, *caput*;
- V – art. 32, *caput*;
- VI – art. 33, *caput*;
- VII – art. 38, *caput* e § 1º;
- VIII – art. 44, inciso IV;
- IX – art. 45, *caput* e parágrafo único;
- X – art. 47, *caput*;
- XI – art. 49, *caput*;
- XII – art. 51 § 1º;
- XIII – art. 53, *caput*;
- XIV – art. 55 § 1º.

Art. 3º O art. 8º da Lei Municipal nº 2.918, de 09 de março de 2012, alterado pela Lei Municipal nº 3.439, de 5 de julho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 8º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC será constituído por 12 (doze) membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte constituição:*

- I - um representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;*
- II - um representante da Secretaria Municipal de Fazenda;*
- III - um representante da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos;*
- IV - um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;*
- V - um representante da Secretaria Municipal de Educação;*
- VI - um representante da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Trânsito e Desenvolvimento Urbano;*



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

### SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 15, DE 18 DE MARÇO DE 2025.

Página 2 de 4

*VII - um representante da Federação Ítalo Brasileiro (FIBRA);*

*VIII - um representante dos trabalhadores e prestadores de serviço na área da cultura;*

*IX - um representante de usuários da cultura;*

*X - um representante da Associação Comercial Industrial e Serviços de Serafina Corrêa – ACISCO;*

*XI - dois representantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho – 11ª Região Tradicionalista.*

*§ 1º Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC que representam a sociedade civil serão eleitos democraticamente, pelos respectivos segmentos.*

*§ 2º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função gratificada vinculada ao Poder Executivo do Município.*

*§ 3º A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC contemplará os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial, na sua composição.*

*§ 4º O mandato dos conselheiros é de 02 (dois) anos, renovável, uma vez, por igual período.*

*§ 5º Os conselheiros titulares e suplentes serão nomeados pelo Prefeito.*

*§ 6º Os conselheiros elegerão, entre seus membros, o Presidente e 1º e 2º Secretários, para mandato de 02 (dois) anos. (NR)*

Art. 4º O art. 12 da Lei Municipal nº 2.918, de 09 de março de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 12. A Conferência Municipal de Cultura – CMC, organizada, convocada e coordenada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o governo municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no Município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura – PMC.*

*§ 1º A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo constituirá uma comissão responsável pela organização da conferência, com as seguintes funções:*

*I – elaborar e divulgar o regimento interno da conferência;*

*II – providenciar na publicação do edital de convocação;*

*III – promover a realização da conferência, coordenando e supervisionando os trabalhos a serem realizados, atendendo aos aspectos jurídicos, técnicos, políticos e administrativos;*

*IV – elaborar ou indicar textos de apoio para debate, nos respectivos grupos de discussão;*

*V – elaborar a lista de convidados para a conferência, somente com direito a voz e sem direito*

*a*

*voto;*

*VI – escolher os relatores para os grupos de discussão, nos respectivos eixos temáticos,*



# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

## SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 15, DE 18 DE MARÇO DE 2025.

Página 3 de 4

*durante o desenvolvimento dos trabalhos;  
VII – receber os relatórios dos grupos de discussão, durante a conferência, sistematizar e elaborar relatório final e demais documentos por ela emitidos, como os anais da conferência, bem como a lista dos delegados eleitos.  
§ 2º É autorizada a contratação de especialistas e técnicos para assessorar na organização e/ou palestrar na Conferência Municipal de Cultura – CMC.  
§ 3º É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMC analisar, aprovar moções e proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura – PMC e às respectivas revisões ou adequações.  
§ 4º A Conferência Municipal de Cultura – CMC será realizada ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo.  
§ 5º A data de realização da Conferência Municipal de Cultura – CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.  
§ 6º Para convocação da Conferência Municipal de Cultura – CMC, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo elaborará o seu regimento interno e fará publicar o edital de convocação.  
§ 7º A Conferência elegerá os seus delegados municipais para as conferências estadual e nacional. (NR)*

Art. 5º O §2º do art. 35 da Lei Municipal nº 2.918, de 09 de março de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 35.....*

*§ 2º O Poder Executivo preverá dotação orçamentária específica para o custeio das despesas de manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e do Conselho Municipal de Política Cultural, bem como para a implantação dos instrumentos de gestão da Política Municipal de Cultura, previstos no art. 20 desta Lei.*

*.....(NR)*

Art. 6º O inciso V do §3º do art. 41 da Lei Municipal nº 2.918, de 09 de março de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 41.....*

*§ 3º .....*

*V – outras atividades comerciais, industriais ou sem fins lucrativos, de interesse cultural, assim consideradas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.*

*.....(NR)*

Art. 7º O art. 46 da Lei Municipal nº 2.918, de 09 de março de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

### SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 15, DE 18 DE MARÇO DE 2025.

Página 4 de 4

*Art. 46. A Secretaria Municipal de Fazenda manterá os controles contábeis e financeiros de movimentação dos recursos do fundo, obedecido o previsto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fazendo, também, a tomada de contas dos recursos aplicados. § 1º O Departamento de Contabilidade apresentará, mensalmente, ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, os balancetes que demonstrem o movimento do fundo, bem como prestará esclarecimentos sempre que solicitados. § 2º Ao final do exercício, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo prestará contas da aplicação dos recursos do fundo ao Conselho Municipal de Política Cultural, o qual emitirá o seu parecer, encaminhando-o ao Secretário Municipal de Cultura e Turismo para os devidos fins. (NR)*

Art. 8º Fica revogada a Lei Municipal nº 3.439, de 5 de julho de 2016.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serafina Corrêa, 18 de março de 2025.

**Daniel Morandi**  
Prefeito Municipal